

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO NEUSA CADORE (AD HOC)

A Srª PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Bom-dia a todos e a todas.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial de audiência pública com o objetivo de discutir o requerimento do nosso mandato em parceria com a reforma política da Câmara dos Deputados.

Para darmos segmento, vamos compor a Mesa com os nossos convidados, que vão colaborar com o debate nesta manhã.

Convido a Srª Representante da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, nossa querida deputada federal Moema Gramacho; a deputada estadual Fátima Nunes; a Srª Representante da Câmara Municipal da Câmara de Salvador, nossa valorosa vereadora Vânia Galvão; a Srª Representante da Câmara Municipal de Morro do Chapéu, indígena da etnia payayá, vereadora Sheila Orion; a representante da Câmara Municipal de Lauro de Freitas, vereadora Naide Brito; O Sr. Representante da OAB, Dr. Vandilson Costa; a Srª Representante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Profª Salete Maria; a Srª Representante do Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano, Selma Glória; a Srª Representante da Marcha Mundial de Mulheres, Yasmim Ferraz; a Srª Diretora da CNQ/CUT, Regional Nordeste, Lucíola Conceição.

Peço a colaboração da nossa deputada Fátima Nunes para assumir a presidência dos trabalhos enquanto faço um breve pronunciamento.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore.

A Srª NEUSA CADORE:- Bom-dia companheiras e companheiros.

Quero iniciar dizendo da minha alegria de, mais uma vez, termos esta Casa ocupada majoritariamente por mulheres, o que não ocorre todos os dias. Quero saudar e agradecer à deputada Moema Gramacho, que provocou a realização dessa importante audiência. E também dizer da alegria que nós, baianos e baianas, temos de ver...

Moema inaugura a chegada na Câmara Federal de uma mulher do Partido dos Trabalhadores com a sua história! (Palmas.) Moema foi militante desde joventinha,

já foi deputada, prefeita, faz política desde muito tempo, e está com essa carinha aí de muita força.

E como vamos falar de reforma política, quero dizer que Moema é um exemplo de que a política é uma tarefa muito nobre. A política tem a responsabilidade e a oportunidade de fazer uma sociedade melhor. E nós somos militantes da política. E ao longo dessas décadas, esse último período mostrou que é possível, sim, fazer revolução democrática, melhorar muito a qualidade de vida, tirar milhares de pessoas da pobreza e dar visibilidade para muitos temas que foram esquecidos.

Então, a alegria desta Casa, da Comissão de Mulheres, da Subcomissão de Autonomia Econômica das Mulheres é receber esta Mesa de companheiras, parceiras, militantes. E quero saudá-las antes de continuar a minha fala.

Um abraço grande para Moema. Quero parabenizá-la por este mandato que não nos surpreende, porque conhecemos a sua história, Moema. Estamos muito alegres por ter você hoje ocupando muito bem uma cadeira no Congresso, sendo vice-líder da nossa presidenta Dilma.

Quero estender os cumprimentos à nossa querida Sheila, de Morro do Chapéu, vereadora que faz história e toda diferença com seu mandato combativo; à também companheira e guerreira de Lauro de Freitas, vereadora Naide Brito; ao Sr. Representante da OAB, um ex-deputado que tem uma história nesta Casa e na Bahia; à professora Salete Maria, sempre recebida na Assembleia com uma alegria particular, pela força da sua fala e história; à Selma Glória, que representa o Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano; à nossa representante da Marcha Mundial das Mulheres, esta jovem guerreira Yasmin; e à diretora da CNQ-CUT Nordeste, Lucíola Conceição.

Anunciaremos as presenças de representações que estão aqui. É sempre um prazer muito grande quando abrimos as portas deste Legislativo para audiências públicas e sessões especiais em que podemos mudar um pouco a rotina dele para promover o bom debate. Nesta manhã teremos a oportunidade de trazer este tema que nas últimas semanas temos acompanhado com preocupação: o avanço das pautas conservadoras que atingem, principalmente, os segmentos mais excluídos da sociedade, como as mulheres e os negros.

O que aconteceu nos últimos dias lá no Congresso Nacional, com a discussão sobre a questão da terceirização, mostra que ela foi abordada com uma irresponsabilidade que choca a nossa militância. Então, isso reforça a necessidade que temos de debater a política e o nosso sistema político.

(Lê):- “Sabemos que isso é fruto de um sistema político que não representa o conjunto da sociedade, dominado pelo poder econômico, aliado a uma mídia conservadora que busca criminalizar os partidos e os governos de Esquerda. Governos esses que ousaram mexer com as estruturas históricas de opressão popular e vêm fazendo uma profunda revolução democrática neste País.”

É neste cenário e no desejo de discutir este contexto que afirmamos a necessidade de uma reforma política para corrigir as distorções do sistema eleitoral

brasileiro e garantir mais poder compartilhado na sociedade. Sendo assim, hoje queremos discutir esta questão na perspectiva das mulheres. Sem mais mulheres no poder, este País não pode dizer que é um País democrático. (Palmas!)

(Lê):- “Sabemos que não apenas as razões sociais, culturais e políticas impedem uma participação mais efetiva da mulher na política, mas também a forma como o nosso sistema eleitoral se estrutura.

As mulheres são 51% da população, 52% do eleitorado e contribuem ativamente para a produção econômica e social do País, sendo 38% dos chefes de família. São as mulheres 54% da população que superou a extrema pobreza, fruto das políticas sociais que, a partir de outro olhar, deram mais oportunidades de renda de inclusão produtiva e de acesso a serviços a essa população esquecida. As mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família e 67% do Pronatec e 86% dos signatários dos contratos do Minha Casa, Minha Vida.”

Essa situação é importante para mudar a cultura neste País, para dar a essas companheiras a oportunidade de vivenciarem uma outra condição de empoderamento. E a gente sabe que isso faz parte de um conjunto de elementos que vão alterando a ordem das questões.

(Lê):- “No setor público, as mulheres já representam a maioria dos postos de trabalho, quase 60%. E vêm a cada ano, com muita luta e determinação, ocupando mais espaços: são 38% dos médicos, 43% do total de advogados, juízes e promotores, e mais de 60% dos arquitetos do país. Quando se fala em salário, em geral, elas recebem 30% menos que os homens.”

Portanto, tudo isso “está em completa dissonância com o papel e responsabilidade que as mulheres assumiram nos últimos tempos.” E nós não podemos admitir e permitir que continue sendo naturalizada a nossa sub-representação na política quando, em pleno século XXI, ainda ocupamos, em média, 10% dos cargos eletivos.

Por isso, que para nós discutirmos reforma política, que é uma coisa extremamente saudável, urgente para ser feita nessa sociedade, para dar condição para que nos espaços de poder a sociedade esteja representada, nós não poderíamos falar desse tema sem pautar especificamente para a questão das mulheres. E faremos isso com a contribuição de todas as pessoas que vieram aqui para dar a sua contribuição na sua fala, além das falas que virão depois.

(Lê):- A reforma política tem muito a ver com tudo isso, porque ela poderá garantir que mais mulheres e outros segmentos historicamente excluídos (indígenas, negros, trabalhadores rurais) possam dar a sua contribuição na transformação da sua própria realidade e do país.”

Lembrando que foi quando um nordestino das classes populares, o presidente Lula, chegou à Presidência da República iniciou um processo importante institucionalizando as políticas públicas para as mulheres.

(Lê):- “Tirou do silêncio frio dos lares a violência doméstica com a Lei Maria

da Penha. A gestão da presidenta Dilma tirou da invisibilidade a luta de sete milhões de trabalhadoras domésticas, a exemplo da deputada Benedita da Silva, e iniciou o debate sobre a necessidade de equiparação dos direitos dessa categoria. Nossos governos têm contribuído com o empoderamento social e econômico das mulheres do campo e da cidade, e com todos os segmentos historicamente excluídos.”

Mas há muito ainda a se fazer, a se percorrer.

Acreditamos que neste momento, neste debate, nesta batalha para a gente garantir uma reforma política efetiva que coloque o Brasil em condições de ter uma democracia fortalecida e mais justa, que contemple a presença das mulheres e de toda a diversidade, para isso tem que mexer em questões estruturais que vão permitir transformações sociais necessárias para a igualdade de gênero e a diminuição das desigualdades sociais em todos os aspectos.

Então, quero finalizar dizendo que mulheres que estão na política, como a nossa companheira Moema e tantas outras, como a vereadora Naide, como a vereadora Sheila, de Morro do Chapéu, e todas as mulheres que estão no movimento social fazendo política, sim, pautando, debatendo, priorizando e entendendo a importância da participação, sabemos da importância deste momento e convido aqui cada uma e cada um. Que aproveitemos este momento de tanta disputa na vida da sociedade brasileira para deixar claro que nesta travessia precisamos garantir o debate e garantir que seja votada uma reforma que, de fato, contemple as mulheres e dê condição ao povo brasileiro de ter uma representação que garanta a continuidade das mudanças que precisamos fazer neste País, e que, sobretudo, com esse debate, resgatemos a importância da política que vem sendo atacada de forma muito irresponsável, de forma a criar na população brasileira o descrédito. Isso prejudica muito essa caminhada de mudança que o nosso País vem fazendo. Nessa caminhada de mudança, as mulheres querem o seu espaço reconhecido, as mulheres querem fazer parte, as mulheres querem dar a sua contribuição.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Devolvo, com um bom-dia a todas e a todos, a presidência dos trabalhos para a deputada Neusa Cadore, proponente da sessão, e com os meus parabéns também.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, deputada Fátima Nunes.

Com a palavra a deputada Moema Gramacho, que preside em Brasília, aliás, é titular da Comissão Especial de Reforma Política na Câmara de Deputados e tem se preocupado em trazer aqui para a Bahia diversos espaços de debates sobre esse importante tema.

A Sr^a MOEMA GRAMACHO:- Bom-dia a todas e a alguns. Espero que os alguns não se sintam fora da representação do “todas”. A nossa língua portuguesa é machista e precisamos mudar essa cultura. Já começamos a mudar quando

cumprimentamos todos e todas, mas precisamos mudar mais ainda, vamos chegar dizendo “bom-dia a todas”, e os homens se sentirão representados. Aí vamos ver que efetivamente superamos os preconceitos.

Quero começar agradecendo a Deus, como sempre faço, por este momento de estarmos aqui. É sempre um prazer retornar a esta Casa, onde tive a oportunidade de conviver durante oito anos, três mandatos, mas apenas oito anos, e usar desta tribuna para a defesa do povo baiano. Começo cumprimentando a deputada Neusa Cadore, proponente desta sessão, e assim agradeço não só a ela mas a todas deputadas e deputados que concordaram com que esta sessão fosse realizada, mas o mérito da realização é da deputada Neusa Cadore, preocupada com a questão da reforma política e, acima de tudo, tem sido uma deputada que tem pautado temas extremamente importantes nesta Casa e fora dela e com a sua experiência de ter sido prefeita por duas vezes de Pintadas. Ela transformou a realidade daquele município, mostrando o quanto é importante a presença da mulher na política, a presença da mulher como executiva, a presença das mulheres no legislativo.

A deputada Neusa Cadore, depois de ser prefeita passa a ser deputada, uma deputada atuante que tem se destacado na luta em defesa do social, em defesa das mulheres, em defesa das causas populares e em defesa do municipalismo que trata da questão social com ênfase e com prioridade. Portanto, deputada, V.Ex^a é um orgulho para nós do Partido dos Trabalhadores, para nós mulheres baianas e para o povo da Bahia. Parabéns por esta sessão, por mais este momento de discussão, de debate. Espero que saíamos daqui com muitos esclarecimentos. Podemos sair com mais dúvidas, mas que possamos traduzir este momento aqui como um momento de debate, de discussão para aprimorarmos cada vez mais a nossa proposta de reforma política, que deverá ser apresentada no Congresso Nacional. Queria, cumprimentando-a também cumprimentar toda a sua equipe, parabenizá-la pela organização desse evento.

Quero cumprimentar a deputada Fátima Nunes, essa guerreira também, sempre brinco com ela e digo que a cara dela é a da guerreira que tem feito esse trabalho neste nosso imenso Estado e que representa muito bem a todas nós. Queremos também cumprimentá-la e parabenizá-la pelo excelente desempenho.

Quero cumprimentar a vereadora Naide Brito, que está representando o município de Lauro de Freitas, ela é bastante participativa e também promoveu uma Sessão Especial, lá na Câmara Municipal de Lauro de Freitas, na semana passada. Assim, cumprimento os demais vereadores desse município.

Quero cumprimentar a vereadora Vânia Galvão, da capital, que também tem sido um destaque importante no que tange à presença da mulher na sociedade. Ela tem lutado para ver, cada vez mais, o município de Salvador incluído, as pessoas incluídas e, mais do que isso, tem cumprido papel importante no enfrentamento às questões que dizem respeito à maioria do nosso povo. Parabéns, vereadora Vânia Galvão!

Quero cumprimentar o Dr. Vandilson, representando aqui a OAB,

companheiro de muitos anos, de muitas lutas e de muitas assessorias importantes aos nossos movimentos. Quero cumprimentar a vereadora Sheila, representando a comunidade indígena. Também estamos tendo a participação dessa comunidade lá na Câmara Federal, ontem, inclusive, eles ocuparam espaços da Câmara. É muito importante poder ver a comunidade indígena reivindicando os seus direitos, e aqui, neste caso, reivindicando os direitos da mulher indígena. Parabéns.

Quero cumprimentar a Prof.^a Salete, representando o NEIM, e falar sobre a nossa saudade da professora Analice, que nos ensinou muita coisa e que nos deu o norte, a referência de como tratar a questão de gênero no Estado da Bahia e no nosso País. Ela estará sempre conosco, porque cada luta nossa tem a simbologia da presença de Analice. Portanto, quero, em nome dela, cumprimentar todas as mulheres e todos aqueles que constroem a política feminista do nosso Estado. Parabéns ao NEIM por isso.

Quero cumprimentar Selma Glória, representando o Fórum de Mulheres do Semiárido; Yasmin Ferraz, representando a Marcha Mundial de Mulheres; a nossa companheira Lucíola, diretora da CUT, a qual tive a oportunidade de ajudar a construir na década de 80. Não estou ficando velha, não, gente, é porque comecei menina. É bom deixar isso bastante claro. Lucíola, é um prazer também recebê-la. Espero que não tenha esquecido alguém daqui da lista.

Quero, neste momento, dizer que a reforma política traz para nós esta reflexão: já conquistamos muito, mas ainda temos muito a conquistar. É importante destacarmos que apesar de termos condições de votar, depois de 83 anos do surgimento desse direito, porque a mulher só passa a votar a partir de 1932, ainda somos muito pouco votada. Votam muito pouco nas mulheres, e o exemplo disso é que somos mais da metade da população, para ser mais precisa, 52% da população, mas somos menos de 10% nos Legislativos. O que significa dizer que apesar de toda a nossa luta, ainda estamos em ampla minoria em todos os espaços legislativos. Nas Câmaras Municipais do País, apenas 7 mil mulheres de 49 mil homens. Somos aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, 7 mulheres de 63 deputados. Somos no Congresso Nacional, de 513 deputados, apenas 50 mulheres. Portanto, estamos em minoria nas representações dos Legislativos e não é diferente nas representações do Executivo.

Portanto, é também importante que se diga que essa nossa luta tem valido a pena. Eu poderia destacar aqui inúmeras conquistas. Vou ser rápida, em função da hora, mas, não posso deixar de fazer aqui alguns destaques.

O Bolsa Família, para nós, foi muito importante, porque a sabedoria do presidente Lula, à época, foi fundamental ao dar o cartão do Bolsa Família à mulher. Isso garante mais autonomia e mais empoderamento às mulheres. Isso faz com que as mulheres possam ter sua autonomia. Na medida em que foi delegada à mulher cuidar da família a vida inteira, comprova-se, historicamente, o fato de que na hora do bambá, ao menos, a mulher pudesse ter o direito de coordenar. Então esta foi uma sabedoria do presidente Lula.

Além do Bolsa Família, o presidente Lula e a presidenta Dilma, também, definiram que o Minha Casa Minha Vida seria em nome da mulher. Esta, também, foi uma grande conquista, porque sabemos o quanto é importante para a mulher estar protegida. A mulher é aquela que detém a propriedade do lar, a propriedade da casa. Esta, também, é uma conquista importante.

Há a conquista da Lei Maria da Penha. E, para nós, tal foi muito importante. E é bom que se diga o seguinte: a Lei Maria da Penha só foi possível a partir de um olhar carinhoso e de um olhar daquele que se inspirou em sua mãe, D. Lindu, que foi o nosso presidente Lula, pois ele foi o único a ouvir os gritos das mulheres que eram agredidas, violentadas e assassinadas. Só Lula ouviu o grito de Maria da Penha. E, aí, sancionou-se a Lei Maria da Penha.

Mas, agora, temos outra lei associada à Maria da Penha. Vejam, não basta ter a lei de proteção das mulheres se não tivermos mais delegacias, mais espaços qualificados de atendimentos às mulheres para que elas possam ter seus direitos garantidos e que o agressor seja, efetivamente, punido.

E, agora, temos a lei do feminicídio que garante que a pena seja aumentada para o agressor, ou seja, para aqueles que matam as mulheres, cometem crimes contras as mulheres. Esses terão a pena aumentada, porque, agora, é crime hediondo. E eu tive a oportunidade de votar a favor desta lei no início de março. (Palmas.)

Deputada Neusa, portanto, é importante fazermos esta retrospectiva e, para isso, necessito de vossa tolerância, a fim de entendermos o quanto foi e é importante a luta das mulheres para que tenhamos mais conquistas.

Agora, temos outra conquista importante. Trata-se da Casa da Mulher Brasileira. A nossa presidenta Dilma constituiu a Casa da Mulher Brasileira e já inaugurou duas unidades: uma no Mato Grosso e outra em Brasília. E a unidade da Bahia já está em sua fase final de construção para termos, também, a Casa da Mulher Brasileira, uma casa que trata de garantir, cada vez mais, que as mulheres tenham acesso aos espaços para evitar e prevenir a violência.

Mas, deputada, apesar de todas essas conquistas, ainda temos muito a conquistar. E a reforma política vem neste propósito. Em outras palavras, não podemos deixar passar a reforma política da forma como está sendo conduzida no Congresso Nacional. E, aí, vem o alerta para a reforma política.

Precisamos garantir uma participação social importante para que a reforma política não passe a ser pior do que era antes. Precisamos ter a participação do povo e das mulheres ao ocupar os espaços e ao fazer isso que a deputada Neusa Cadore está fazendo aqui; assim como as vereadoras estão fazendo em suas Câmaras de Vereadores para promover o debate, a fim de que possamos aperfeiçoar a reforma política.

Precisamos estar atentos, porque a Comissão Especial da Reforma Política, da qual faço parte como titular, só tem, diga-se de passagem, 3 mulheres dentre 36 membros. Já começa por aí. O preconceito já começa na escolha de quem vai participar da Comissão Especial da Reforma Política que debaterá a reforma política.

Tal Comissão Especial da Reforma Política é altamente machista por possuir 36 membros e, dentre esses, conter, apenas, 3 mulheres titulares e num total de 5 mulheres suplentes.

Esta Comissão Especial da Reforma Política deve votar o relatório até maio. Estou fazendo este alerta, pois, repito, até maio de 2015, a Comissão Especial da Reforma Política votará o relatório.

E o presidente fundamentalista, o presidente reacionário, o presidente da Câmara dos Deputados tem votado só pautas negativas e retrógradas (palmas.), a exemplo da terceirização das atividades fins. Este presidente diz que, até agosto, votará a reforma política no plenário da Câmara dos Deputados.

Então, temos de nos preparar e estarmos atentos para ocupar os espaços no momento da votação da reforma política. Não podemos deixar que ele faça com a reforma política o que fez com a terceirização, pois, ao invés de abrir as galerias para o povo entrar, ele colocou a polícia para bater nos nossos trabalhadores. Então, temos de estar preparados para ocuparmos os espaços no dia da votação da reforma política.

E, na reforma política, temos de garantir a cota de mulheres, deputada Nerusa Cadore. Poderíamos e deveríamos reivindicar 50% de participação de mulheres, porque se nós somos a ampla maioria, já está mais do que atrasado o fato de termos paridade de gênero nas câmaras legislativas em geral. (Palmas.)

Mas, entendendo ser um processo, estamos nos contentando inicialmente em garantir 30%, mas não mais 30% de candidaturas, porque não queremos ser laranjas, não queremos ser jardins floridos apenas para enfeitar, nós não queremos que os maridos botem as mulheres para se candidatar quando eles estão inelegíveis ou para cumprir a cota de candidatas. Queremos que as mulheres participem em condições de igualdade e oportunidade com os homens e queremos que esses 30% não sejam de candidaturas, mas sejam de vagas garantidas às mulheres. Assim, efetivamente, vamos transformar esse universo machista que é o universo político.

Então, temos um consenso da Bancada das deputadas federais e das senadoras no sentido de que possamos reivindicar na reforma política 30% e, a cada mandato, crescer 5% para que daqui a 20 anos - olhem só como estamos sendo boas – cheguemos à paridade de 50%. Esta é uma meta que precisamos alcançar.

Além disso, há outras questões relacionadas diretamente à participação das mulheres, que não é necessariamente a cota, mas é o financiamento. Deputada Neusa e deputada Fátima, e vereadoras aqui presentes, nós sabemos o que nos custou sermos eleitas. As mulheres que têm tripla jornada, que não recebem salários iguais aos dos homens para as mesmas funções, e quando é mulher negra recebe menos ainda que a mulher branca, nós que não assumimos muitos cargos de chefia, muitas de nós não são donas de empresas, também não entramos no universo das relações com os empresários, nós temos muito mais dificuldades de captar recursos para as nossas campanhas. E as campanhas, a cada dia que passa, são mais caras, por conta das pirotecnias e por conta de tantas outras questões. E precisamos garantir que o financiamento empresarial acabe.. O fim do financiamento empresarial é uma

bandeira das mulheres, porque precisamos acabar com o poder econômico que prevalece na escolha daqueles que vão para os espaços legislativos. O financiamento empresarial não é a única causa da corrupção, mas é uma das causas.

Ontem, na Comissão da Reforma Política, recebemos representantes dos partidos e esteve lá o senador Aécio representando o PSDB, que ainda acha que está em campanha para o terceiro turno das eleições. Eu falava na presença dele e falava para ele que as empresas envolvidas na Lava-Jato doaram 60 milhões de reais para a candidata Dilma, mas doaram 40 milhões para o candidato Aécio, o que significa dizer que para aquelas empresas da Lava-Jato não importava quem ganhasse.

Ora, se não importava quem ganhasse, Dr. Wandilson, então precisamos acabar o financiamento empresarial. Se as empresas querem contribuir com o processo político do País, que contribuam com o fundo partidário público. E, aí, ao invés de eles terem dado 100 milhões para os candidatos, dariam 5 ou 10 milhões de reais para um fundo, e esse fundo distribuiria igualitariamente para os partidos políticos fazerem suas campanhas.

Por isso somos contra o financiamento empresarial. O financiamento público e de pessoa física com limites são o ideal para que nós mulheres possamos ter igualdade de oportunidades. Mas não basta só isso, é preciso também garantir regras pré-estabelecidas, por exemplo, o tempo de televisão. Não podemos deixar à mercê dos partidos que na hora da escolha o tempo das mulheres são mínimos segundos enquanto o tempo dos homens é muito maior. E não conseguimos passar nem a mensagem de proposta política ou ideias que defendemos.

Portanto é muito importante que a gente não só tenha a reforma política, mas tenha regras que possam baratear as campanhas e estabelecer limites para que as mulheres tenham igualdade de oportunidades.

Outra questão fundamental é o sistema. A população não está entendendo direito o que está acontecendo, porque a mesma rede de televisão que faz uma campanha cotidiana contra o Partido dos Trabalhadores, contra a presidenta Dilma e contra o nosso governo não está nem um pouco preocupada com a população, com a sociedade nem com a reforma política. Poderia estar fazendo esclarecimentos através de sua rede de televisão sobre o que significa o sistema político.

E está pendendo a passar no Congresso Nacional uma coisa chamada de distritão. Ouçam bem o que é distritão. Distritão é o seguinte: aqui na Bahia, por exemplo, o nosso Estado tem 39 vagas para deputados federais. Pelo distritão sabe quem seriam os eleitos? Os primeiros mais votados, independentemente de que partido seja, independentemente de coligação, independentemente dos partidos.

Então, significa dizer que vamos voltar ao coronelismo, ao caciquismo! Vamos voltar àqueles que têm de novo o poder econômico, porque os primeiros mais votados muito provavelmente serão os mesmos que controlam e controlaram ao longo da história a política.

Portanto, não podemos concordar com o distritão. O distritão quebra a representação partidária e quebra a representação popular. Quando, vereadora Sheila,

os índios serão eleitos, serão os primeiros mais votados a partir do distritão? Assim, está fadado a não haver indígena eleito para a representação. Como assim vai estar fadado também para as mulheres e os negros. Enfim, para as candidaturas populares.

Então, não podemos aceitar o distritão. Nós defendemos um sistema distrital misto que garanta, efetivamente, ao eleitor a opção de escolher na lista e no distrito, assegurando dessa maneira uma maior representatividade das mulheres e de todas as correntes populares.

Não quero cansar vocês, mas queria dizer que a reforma política não passa só por isso. Tem uma série de outras questões, principalmente a da manutenção do voto como obrigatório. Algumas pessoas ainda acham que tem de mudar para que seja facultativo. E não podemos permitir que mude para facultativo. Ainda não temos uma cultura que nos permita o voto facultativo.

Nós sabemos, e estou vendo aqui em Itaparica - eu sou sindicalista, serei eterna sindicalista - que, mesmo nas categorias de maior consciência política, na hora em que se faz uma greve para reivindicação dos direitos coletivos, tem muita gente que a aproveita para ir à praia. Logo, infelizmente, ainda não temos uma cultura acima desse nível.

Se passar o voto facultativo, mais uma vez vai favorecer aqueles que comprem votos, porque os prefeitos, os governadores não serão obrigados a dar condições estruturais para que todos possam votar. Aliás, hoje o voto já é facultativo porque quem não quer votar paga 3 reais de multa e não vota. Mas pelo menos o poder público está obrigado a garantir as estruturas para que as pessoas possam votar. Então, a gente precisa manter esse voto ainda obrigatório. Interessa a nós mulheres manter o voto obrigatório, porque as pessoas vão votar e temos oportunidade de conquistar os eleitores para os nossos projetos. Poderia citar uma série de outras questões que dizem respeito à reforma política, mas vou me deter naquelas que considero que têm a ver diretamente com as mulheres.

Queria, finalizando, dizer que precisamos garantir que essas questões possam ser aprovadas. Para isso, precisamos conversar com os nossos deputados, os nossos prefeitos, os nossos governadores e os partidos políticos para que eles possam atender ao nosso apelo e garantir que a reforma política passe da melhor forma, com o melhor representativo possível para o que a população quer.

Por fim, queria dizer que acabei de dar entrada lá na Câmara dos Deputados, copiando positivamente a nossa deputada Luiza Maia, ao Projeto de Lei Antibaixaria, que já é lei também aqui em Lauro de Freitas - onde se tornou lei inclusive antes do Estado. Colocamos a questão como lei quando eu era prefeita daquele município. E efetivamente a proposta está sendo bastante discutida. Já tem a relatora do PL. Vai ser a deputada Erika Kokay, de Brasília mesmo.

Finalizo dizendo justamente isto: nós - a exemplo do que fez a deputada Luiza Maia quando trouxe a questão cá para a Bahia, onde já é lei estadual desde que o governador Jaques Wagner sancionou o projeto - queremos transformá-la também numa lei federal. Assim, em vez de ouvirmos músicas que depreciam e rebaixam a

condição da mulher ou estimulam a violência contra ela, como “*filé da popozuda*” ou “*tapinha não dói*”, que possamos resgatar uma música que, usando da criatividade, valorize a mulher.

Então, podemos muito bem fazer com que aqueles que têm suas bandas, que são autores de músicas também tenham criatividade para, em vez de promover a violência e a depreciação das mulheres, incentivar sempre a valorização delas para que possamos não só na reforma política, mas na vida, no cotidiano sermos reconhecidas e valorizadas. E aí resgato Pixinguinha com a música “A Rosa”, que diz: “Tu és divina e graciosa, estátua majestosa do amor por Deus esculpura.” Se a mulher foi esculpura por Deus, ela não pode ser despetalada e precisa ser valorizada na vida e na política.

Mais mulheres no poder. Lugar de mulher é onde ela quiser!

(Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Dando continuidade, concedo a palavra à representante da Câmara Municipal de Salvador pelo tempo de 5 minutos, vereadora Vânia Galvão.

A Sr^a VÂNIA GALVÃO:- Bom-dia a todas e a todos presentes aqui nesta audiência pública que foi convocada pela deputada Neusa Cadore e pela deputada federal Moema Gramacho. Em nome, portanto, das nossas deputadas Neusa Cadore, Moema Gramacho e Fátima Nunes, para reduzir um pouco o tempo, já que são só 5 minutos, gostaria de saudar todos os demais e todas as demais componentes da mesa.

Não poderia, também, deixar de fazer referência à companheira Ioli, do NEIM, mas hoje coordenadora da política de ações afirmativas da Pró-reitoria de assuntos estudantis da Universidade Federal da Bahia, antiga militante do nosso movimento. (palmas.) Também gostaria de fazer referência à presidente do Conselho Municipal da Mulher, companheira Madallena Noronha e a Antônia Garcia - essa figura histórica na luta dos movimentos sociais, na luta do movimento de mulheres. Então, elas são referências para todos nós.

Sei que, aqui neste Plenário, há muitas companheiras que, no seu dia a dia, têm lutado em defesa da igualdade da mulher, principalmente pela participação maior da mulher na política. A deputada Moema já fez aqui uma referência acerca do processo que se encontra, hoje, em discussão na Câmara Federal.

Sei que o tempo é muito curto e nós temos, às vezes, muita coisa para colocar e não conseguimos, infelizmente, abordar todas as questões.

Mas, gostaria de dizer que, desde a conquista do voto feminino, em 1932, até a conquista da lei de cotas, de 1995, os nossos avanços, deputada Fátima Nunes, têm sido muito pequenos, praticamente exíguos. Não temos conseguido avançar!

Vivemos em uma sociedade na qual, infelizmente, a candidatura das mulheres é abordada sempre no singular: “Antônia é candidata porque vem de uma família de

tradição na política – o pai foi político, o avô foi político, o marido foi político, o bisavô foi político”. Ou então a mulher veio, também, de uma candidatura surgida da luta dos movimentos estudantis, da luta do movimento sindical, caso aqui da nossa companheira Moema Gramacho e meu caso também. Então, sempre tratam as nossas candidaturas no singular.

A candidatura do homem não é tratada assim. A candidatura deles é sempre no plural. Não importa de onde ele veio, não importa o que ele é. É uma candidatura de um homem e tem toda aceitação por parte da sociedade.

Então, acho que tudo isso faz parte, companheira Madalena, de uma cultura vivenciada aqui por todos nós. E estava, há pouco, comentando com Naide, que está na mesa, sobre a necessidade de termos um ambiente social favorável para fazermos todas as mudanças, todas as transformações que são essenciais para que possamos ocupar os nossos espaços.

Vem a lei de cotas! Ora, estabelece-se uma lei de cotas, mas não existe nenhuma medida punitiva para o partido político para que ele cumpra aquela lei de cotas, nada. Ah! Se você não cumprir, qual o problema? Enquanto que em outros países se o partido não cumprir a lei de cotas ele tem o seu registro cassado. No momento em que isso viesse a acontecer neste País tenho certeza que essa lei de cotas poderia, minha amiga Fernanda, ser cumprida.

Avançou-se um pouco mais, mas aí vem, infelizmente, a figura dos laranjas ou das laranjas, porque os partidos políticos simplesmente pegam a sua lista de filiados – bom, precisa, com a sua tolerância, deputada Neusa, completar aqui essas cotas – aí vai ver na lista qual a mulher que tem aqui para colocarmos como candidata. Essa é a realidade!

Aí nosso advogado, Vandilson Costa, companheiro de luta, militante antigo, cadê o papel do Ministério Público na fiscalização da aplicação de lei de cotas, que tem que fazer a fiscalização junto aos partidos políticos para que, efetivamente, essa lei seja respeitada. Infelizmente isso não tem acontecido e é um papel que também cabe a nós, deputadas e vereadoras e demais companheiras e companheiros, porque infelizmente continuam a colocar mulheres na lista para atender a lei, mas pode ser qualquer pessoa. Pega-se, pinça-se da lista, como não tem fiscalização as coisas acontecem e não existe nenhuma respeito à legislação em vigor.

Portanto, acho que a luta não é pequena. A luta é muito grande e vai exigir da parte de todos nós, de todas nós uma atuação, diria que efetiva no sentido de garantir o percentual de 30% que a deputada Moema colocou aqui, não um percentual de candidatos, mas um percentual de eleitas, é isso que nós queremos, porque aí, efetivamente, teremos a garantia da nossa participação, da nossa presença maior na política.

Hoje a deputada Moema se referiu aqui ao número de deputadas federais. Na Câmara de Vereadores há 43 vereadores, 5 são mulheres; Congresso Nacional são, se não me engano, 594 integrantes, 10.77% são de mulheres, incluindo Senado e Câmara Federal. Daí por que a necessidade da realização desses debates, dessas

audiências públicas para que possamos ir aprofundando mais a discussão e o debate.

Há uma outra questão, inclusive, que não se refere a reforma política, deputada Neusa, mas nessa luta nossa constante por mais espaços de poder na administração pública, na sociedade de modo geral, tem uma questão que eu poderia até considerar - ah! É uma ponta de um *iceberg* - porque acho que o grande problema é essa nossa representação na política, nas casas legislativas, nos espaços de poder público de um modo geral.

Recentemente vi uma notícia acerca de dois projetos que estão em tramitação na Câmara Federal. Um de uma deputada que esqueci o nome e outro do deputado Orlando Silva, que é do PCdoB, e se refere à política de cotas para as mulheres nos conselhos das estatais, nos conselhos da administração pública, nos conselhos que não apenas federal, nos conselhos de empresas de economia mista, e é importante que estejamos atentas a isso para darmos o respaldo e o apoio necessário para que possamos participar desses conselhos.

A Alemanha deu um exemplo, agora, muito bom com relação a isso, aprovou que 45% dos conselhos das empresas, incluindo empresas privadas, têm que ter a participação da mulher. A Ministra da Defesa, que é uma mulher, deve ser uma sucessora da Merkel, ela está defendendo uma igualdade de posição dentro do exército alemão com relação à participação da mulher.

Então, são questões que temos que estar atentas, acompanhando e dando respaldo e o apoio necessários.

Meus amigos, desculpem. Acho que ultrapassei os 5 minutos que me foram destinados, mas são tantas coisas que a gente poderia aqui abordar, colocar, discutir. Só que é neste momento que ressaltamos a importância do debate. Temos de proliferar mais ainda, levando-o a diversos outros espaços.

Está previsto - inclusive, Moema, espero contar com a sua presença - no próximo dia 24, organizado pela Bancada da Oposição na Câmara de Vereadores, um debate sobre a reforma política. Quem sabe com isso vamos conseguindo obter o apoio necessário não apenas daqueles que estão envolvidos diretamente com a política, mas também da sociedade como um todo, de modo geral?

Muito obrigada, deputada, por esta oportunidade. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada pelo seu pronunciamento, vereadora Vânia Galvão.

Quero registrar a presença da nossa querida professora Eni Bastos, assessora do gabinete do secretário da Educação; do professor Orlando Lira de Carvalho, que é da Universidade de Vila Velha, estudando o gênero. Obrigada; da professora Iole Macedo Vanin, coordenadora de Ações Afirmativas da UFBA, nossa parceira; de Madalena Noronha, presidente do Conselho Municipal da Mulher; Antônia Garcia, nossa combativa companheira da Secretaria Estadual de Mulheres do Partido dos

Trabalhadores; Deise Oliveira, coordenadora da Casa Abrigo da Mulher; Raimunda Mota, também da Secretaria Estadual de Mulheres do PT; e do companheiro Sérgio Murilo Souza, advogado e militante também da luta;

Agradeço igualmente as presenças de Noélia Souza, representando o Movimento de Mulheres de Nova Fátima - é um pessoal que viajou de longe para estar aqui conosco; Luciana Mota, companheira do Movimento de Mulheres Negras; Maria Alice Bittencourt, coordenadora de Ações Temáticas da SPM/BA; Aluã Carmo, da assessoria do mandato do deputado Joseildo Ramos; Luana Mascarenhas Rios, do Projeto de Fortalecimento da Rede Pintadas; Herivânia David, coordenadora administrativa do Cesol da Bacia do Jacuípe; Cristiane Menezes Lopes, coordenadora do Programa Vida Melhor; Carmem Oliveira, presidente do Conselho da Mulher de Cruz das Almas; Maria Baixinha, assessora do deputado Gika Lopes, aqui da Assembleia; Débora Rodrigues, coordenadora do Programa de Economia Solidária do Vida Brasil; Conceição da Silva, do Movimento de Mulheres de Permacultura da Bahia; e Maria Hela, do Conselho da Mulher de Lauro de Freitas.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Dando continuidade, queria agora chamar para fazer uso da palavra a vereadora indígena Sheila Orion, da Câmara Municipal de Morro do Chapéu por 5 minutos. (Palmas!)

A Sr^a **SHEILA ORION**:- Bom-dia a todos que estão aqui presentes. Cumprimentar a Mesa nas pessoas das deputadas Neusa Cadore, Moema Gramacho e Fátima Nunes, e agradecer a Deus, primeiro, por estar aqui. É uma representação difícil de se chegar, a eleição de uma mulher do interior da Bahia, numa terra de coronéis, e, principalmente, quando a gente assume uma etnia num município que quer que a todo momento venhamos a negar essa identidade. Não é uma identidade fácil de se assumir, até porque assumo aqui a matriz indígena, mas também assumo a matriz africana. Essa constituição do povo brasileiro. (Palmas!)

Dizer que, na Bahia, quero trazer aqui uma reflexão de um dado estatístico. E a estatística nos ajuda a refletir um pouco mais sobre quais são os pontos e as pautas reprimidas que temos na Constituição do nosso povo e da nossa política que precisam ser debatidas. Reconheço aqui e sei da minha tarefa que é voltar para o meu município e também propor que o debate sobre a reforma política chegue para outras mulheres que também querem entrar na política.

Na Bahia, somos 7 vereadores indígenas, dentre os quais eu sou a única mulher. Então esse dado nos diz o quanto, de fato, ainda se precisa fazer ocupar esse espaço. Dos 7 vereadores indígenas eu sou a única mulher e somos 4 do Partido dos Trabalhadores.

Então, essa dificuldade de compreender, bem como colocou a minha colega Vânia Galvão, a hereditariedade política no interior, ela é muito forte. Você precisa ter um sobrenome que historicamente tenha comandado o seu município senão você não vai. Se você não tiver, você tem que ter, no mínimo, relações com essas famílias. E, geralmente, elas têm uma forma de fazer política no interior que não abraça as pautas que estamos trazendo, principalmente do movimento indígena, do movimento

dos afrodescendentes, das minorias dos nossos municípios. Essas dificuldades se estendem, inclusive, dentro da nossa casa, porque a minha mãe achava que eu não deveria ser candidata porque eu jamais seria eleita porque o meu sobrenome não me permitia isso.

Então, quero dizer a vocês que esse espaço é de extrema magnitude por conta de que nós, às vezes, sentimo-nos isolados. Não é a mídia que tem que chegar na casa das pessoas para debater a reforma política porque não existe esse debate. Para que a mídia não chegue na casa das pessoas do meu município e imprima o que eles pensam sobre reforma política, a tarefa é minha de levar para o meu município agora esse debate. (Palmas.)

Então, quero agradecer e dizer que a interiorização desse debate é urgente, já que temos aí prazos muito curtos, e convocar, pedir aqui a minha deputada Neusa Cadore que sempre nos tem auxiliado, que tem nos tirado do isolamento, tem nos fortalecido todos os dias... Quero também fazer um agradecimento ao gabinete que sempre tem sido presente, está aqui em Salvador, mas sentimos a presença desse mandato lá no município de Morro do Chapéu.

Quero aqui fazer esse agradecimento e dizer que estão convocados para a interiorização desse debate. Nós precisamos interiorizar esse debate e trazer aquelas mulheres para que elas não se tornem laranjas. Para que já não cheguem laranjas na Câmara, é preciso que elas compreendam, de fato, qual é o nosso papel dentro de uma Câmara de Vereadores, qual é o nosso papel à frente de um município, qual é o nosso papel na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa.

Quero aqui deixar o nosso abraço e que a força da floresta esteja sempre com todos nós!

Obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Parabéns, Sheila! A única vereadora indígena da Bahia que muito nos orgulha.

Queria saudar a presença do Dr. Kívio Dias, chefe de gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos; Conceição Alves, do Instituto Permacultura da Bahia; Rosalvino de Queiróz Souza, do PT de Lauro de Freitas; Rainilton Carvalho, do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio; José Carlos Latinha e Clécia Oliveira, assessores da deputada Fabíola Mansur que registrou a impossibilidade de estar conosco, mas está aqui representada; Raiovana Maria Silva, do Movimento de Cultura Popular do Subúrbio também; professora Neide de Assis Santana, nossa companheira, professora da UEFS, obrigada; Neide Rios, assessora do senador Valter Pinheiro; Maria Helena Araújo, do Conselho da Mulher, de Lauro de Freitas.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Agora, concedo a palavra à Dr^a Prof^a Salete Maria representante do Núcleo da UFBA – o Neim. (Palmas.)

A Sr^a SALETE MARIA:- Bom-dia a todas e a todos.

Agradeço a oportunidade de fazer parte dessa discussão. Serei bem objetiva posto que quero ouvir outras pessoas antes de poder me deslocar para continuar as minhas atividades.

Gostaria de dizer que sou muito agradecida às deputadas Neusa Cadore e Moema Gramacho pela oportunidade de estar aqui representando o Neim e dizer que nesse momento eu preferia estar sentada na plateia apreciando, como de costume, a fala da professora Ana Alice Alcântara Costa. Estar aqui neste momento é uma forma de honrar os ensinamentos que ela me repassou. (Palmas.)

Eu gostaria de dizer que eu trouxe um pequeno *slide* para tentar demonstrar um pouco como é que eu vou fazer algumas provocações à Mesa e à plateia, mas de antemão dizendo que o meu lugar de fala não é apenas de acadêmica. Eu também venho de movimentos sociais e, em algumas oportunidades da vida, fui candidata a vereadora, prefeita e governadora no Estado do Ceará. Então a minha vinculação com o tema não é unicamente teórica.

No expositor vocês vêem um conjunto de fotografias que traduzem a luta das mulheres nos mais distintos espaços, inclusive no espaço político, que é o espaço mais refratário e mais resistente para o seu avanço enquanto sujeito político, enquanto sujeito social.

O título dessa imagem está como: Mulheres – A Revolução Mais Longa. Aqui estamos discutindo a reforma política, mas para as mulheres feministas e sobretudo para o feminismo democrático radical, para além de uma reforma, nós carecemos de uma revolução, uma transformação alvissareira e radical de todas as relações políticas na sociedade e, em particular, no campo político.

Então, eu gostaria de colocar para vocês que quando a gente abre um debate sobre reforma política, tem que deixar claro que não é um debate pacífico entre todas as mulheres parlamentares, muito menos entre todas as mulheres que se reivindicam feministas.

Existem pontos que são nevrálgicos, existem questões que não são ainda consensuadas e é importante construirmos alguns consensos, consensos de ordem empírica e consensos de ordem normativa.

Do ponto de vista empírico, é preciso a gente ter claro que nós todos, até onde vão as minhas pesquisas, concordamos que há um deficit democrático de gênero na sociedade brasileira e que é importante a gente começar a exercitar uma discussão envolvendo que mulheres têm avançado mais no campo da política e de que partido elas estão falando.

Eu queria colocar que, antes de mais nada, a gente deveria partir do pressuposto de que só é possível fazer uma reforma política que insira as mulheres plenamente no espaço institucional se nós partirmos de uma reforma política que seja elaborada numa Assembleia Nacional Constituinte.

O Congresso viciado tal qual como está hoje, ainda que haja esforços por parte de homens e mulheres comprometidos com a sensibilidade de gênero, ele não

vai dar porque já deu demonstrações históricas de que é incapaz de fazer uma reforma que, realmente, contemple os interesses das mulheres.

Nós temos uma série de discussões ao longo da semana, ao longo dos meses que vêm acontecendo em vários espaços, mas eu queria pontuar que o debate da reforma política está sendo pautado pela esquerda, pelo centro e pela direita, cada um dentro de uma perspectiva. Nós mulheres temos também que reivindicar numa perspectiva suprapartidária e independente de partidos, se for o caso, posto que durante o *Lobby* do Batom, na Assembleia Nacional Constituinte, muitas parlamentares trabalharam de maneira suprapartidária em conjunto com as mulheres do movimento feminista e de mulheres. Daí porque é importante fazer uma reforma política na qual possamos discutir tanto a democracia representativa como a democracia participativa.

Eu queria colocar que são múltiplas as perspectivas, mas nossa perspectiva é a feminista. Não é só o fato de ser mulher, é o fato de ser mulher que entende que o sistema político brasileiro, ainda que com a presença de algumas mulheres combativas como é o caso das que estão aqui nessa Mesa hoje, ele precisa, inclusive, transformar a sua linguagem que é sexista e não é inclusiva, e a sua própria estrutura.

O fato de termos uma tradição que faz audiências públicas mais para nós e as parlamentares ouvirmos do que propriamente o público, é um modelo, inclusive, androcêntrico, elitista e que precisa ser desconstruído.

Então a gente precisa começar a discutir, como é que a gente vai fazer do ponto de vista de identificar essas inspirações ou intromissões androcêntricas no nosso Parlamento.

Existe, inclusive, uma perspectiva que coloca graus entre os parlamentares. É como se as vereadoras e os vereadores valessem menos que as deputadas e os deputados e elas menos ainda que as deputadas e os deputados federais. Precisamos desconstruir essas hierarquias porque elas traduzem exatamente uma perspectiva sexista, patriarcal e elitista do poder.

Não vou ser fiel ao *slide* nem ao que trouxe escrito, mas gostaria de levantar algumas discussões relacionadas à experiência de microrreformas anteriores. Sabemos que desde 93, durante toda a década de 90, o conjunto de microrreformas foi levada a efeito no nosso País, e do ponto de vista do direito das mulheres, as transformações foram muito diminutas, muito acanhadas. Temos, por exemplo, em 93, a revisão constitucional, que nada disse com relação à questão das mulheres. Em 95 e 97, sim, temos a lei de cotas, como as pessoas que me antecederam já colocaram, em princípio com 20%, depois 30%, e agora, em 2009, mantivemos os 30%, mas não falamos apenas em uma previsão. Queremos o preenchimento das vagas. Para sermos mais radicais, precisamos ir além dos 30%, pois 30% é o que já tivemos desde a década de 90. Estamos em pleno século XXI e precisamos criar condições de constranger pedagogicamente esse Congresso, pedindo – por que não? – 50% (Palmas.), até porque os 50% estão aquém das nossas necessidades. Nós não somos apenas metade, somos mais da metade. Então, pedir paridade ainda é, de certo

modo, acanhado, na nossa perspectiva.

Obviamente considero o que pontuou a deputada Moema Gramacho, quanto a ser processual, mas sabemos que faz séculos que o patriarcado na política tem dito que a nossa entrada tem de ser devagar, muito tímida, e essa é uma promessa do patriarcado, nos chamar, nos convidar para a política quando lhe convém, e nos expurgar, nos tirar da política quando começamos a incomodar.

As microrreformas que aconteceram até hoje, em que pesem os avanços, são microrreformas feitas numa perspectiva masculinista, ou seja, não contemplam as demandas e especificidades das mulheres. Não é sem que razão que, por exemplo, Eduardo Galeano, recentemente falecido, ao se referir ao Parlamento do Uruguai, dizia que as poucas mulheres que ali estavam eram náufragas em um oceano de machos. É uma realidade também comum a nós, aqui no Brasil.

A desigualdade de gênero e número no Parlamento já foi apresentada pelas minhas antecessoras; não vou me ocupar disso, até porque já é um ponto pacífico entre nós em reconhecer que há um *deficit*, uma dívida histórica com relação à inserção das mulheres no poder. Há o que chamamos na teoria de brecha de gênero, ou seja, quando homens e mulheres acessam, de maneira diferenciada e desigual, assimétrica, injusta, direitos, bens, serviços e espaços no poder.

Eu havia pontuado algumas questões com relação a algumas interrogações prévias. Qual é o potencial transformador das reformas? Somos toda reformistas ou temos que, para além de aumentar o bolo para pegar o nosso pedaço, transformar essa receita? Talvez precisemos falar também numa resolução dentro dessa reforma, o que implica dizer que precisamos de uma Assembleia Nacional Constituinte com a maioria de mulheres candidatas, com partidos ou não, o que é outro aspecto não consensualizado entre nós. Particularmente, defendo que possamos concorrer a ter assento na Assembleia Nacional Constituinte, independente de estarmos filiados a partidos políticos. Nosso mandato ali seria exclusivamente para construir os princípios reitores da nova sociedade brasileira do ponto de vista da participação política. Trata-se de reformar ou transformar essa política? Quais os padrões das reformas anteriores? Padrões androcentricos, machistas, que reforçam o patriarcado. E as poucas mulheres que ali entram precisam desenvolver uma luta hercúlea para se manter sem aquele desejo que aparece em muitas delas de recuar e desistir. Por isso, carecemos de construir uma rede de apoio entre as parlamentares dos mais variados níveis, a solidadriedade feminista para que a vereadora de Morro do Chapéu não se sinta desencorajada ou sobretudo inibida para seguir à frente.

Quais vozes e presenças foram destacadas nessas microrreformas? Vozes majoritariamente masculinistas. Que impactos geraram? Quem ganhou e quem perdeu com as reformas efetuadas até aqui? Se respondermos negativamente a todas essas perguntas, vamos estar diante de uma realidade na qual não precisamos repetir os mesmos erros.

Vou concluir a minha fala dizendo o seguinte: os diagnósticos são feitos pelos homens que querem discutir se deve ou não continuar com bicameralismo, se deve ou

não continuar a reeleição, se devemos ou não ter suplentes para senadores e se devemos ou não discutir o financiamento público de campanha.

Como mulheres, tudo isso nos interessa. Mas, sobretudo, nos interessa discutir as candidaturas por listas fechadas, com alternância de sexo. (Palmas) Não estou me referindo a gênero, mas sim a que os partidos políticos possam apresentar, todos eles, igual número de homens e de mulheres.

Quando digo mulheres, no plural, estou me referindo a todas elas, em suas múltiplas diversidades, enfatizando as mulheres negras, indígenas, idosas – porque nós mulheres não devemos ter vergonha do processo de envelhecimento –, lésbicas, dentre as quais eu me incluo.

Devemos propor um debate mais forte no sentido de dizer que precisamos discutir, sim, o financiamento público de campanha, sem nenhum tipo de ressalva para que pessoas físicas possam contribuir. Precisamos que o Estado brasileiro custeie o direito à política, como ela já custeia – como está garantido na Constituição – o direito à saúde, à educação e todos os outros direitos.

Como já disse, não existe consenso, mas discutir a paridade é para ontem. Também precisamos discutir um aspecto muito mais delicado: se vamos elaborar listas fechadas com alternância de sexo, quem será o responsável pela elaboração dessas listas? Porque as lideranças dos nossos partidos, inclusive os de Esquerda – já que militei mais de 20 anos no Partido Comunista do Brasil, e foi por ele que me candidatei várias vezes –, são masculinas, e são elas que irão construir essas listas.

Quem vai construir essas listas, se não tivermos fortalecidas dentro desses partidos em termos da democracia e da justiça de gênero? Por exemplo, recursos do Fundo Partidário têm de ir para os organismos das mulheres dentro desses partidos, para definir o seu horário eleitoral e a sua participação.

Para finalizar, prometendo e cumprindo, gostaria de acrescentar que precisamos voltar à prática das prévias partidárias. Lembro-me de quando eu era adolescente em São Paulo e Luiza Erundina concorreu dentro das prévias do partido derrotando, naquele momento, o candidato Plínio. Ou seja, ela só conseguiu vir a ser candidata e, posteriormente, prefeita de São Paulo porque as prévias partidárias garantiram, com a lisura e a transparência necessárias, que naquele contexto ela pudesse concorrer.

Então, quero encerrar dizendo que nós temos de atacar, sim, a linguagem sexista nos documentos, nos discursos, nos programas, nos regulamentos das Casas Parlamentares. E também temos de buscar a nossa representação nos espaços decisórios. Enfim, devemos dar bons exemplos a partir das Casas Legislativas.

Ao encerrar a minha fala, quero fazer um agradecimento e um reconhecimento importantíssimo a pessoas imprescindíveis para que os mandatos dos homens e das mulheres, sobretudo, possam se desenvolver a contento e com qualidade, que são as assessoras parlamentares. E aqui refiro-me a todas elas nas pessoas das minhas ex-alunas Claudinéia e Vanora Cláudia, que são assessoras da deputada Neusa Cadore. (Palmas) Considero que ambas estão reciprocamente muito

bem acompanhadas. É importantíssimo investir na formação dessas mulheres porque são elas que valorizam e fortalecem esses mandatos que nos orgulham frequentemente.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, professora Salete, por mais este momento e por toda a sua trajetória.

Quero aqui registrar as seguintes presenças: Daiane Santana, que é assessora da deputada Luiza Maia; Ailda Borges e Ivanilda Coutinho, da Federação de Mulheres da Bahia; Emília Maria de Jesus, do Grupo Sabor do Mais, grupo de Economia Solidária; Joara Seara, da União de Moradia Popular; Vitor Castro Leite, do Diretório Acadêmico da Faculdade Maurício de Nassau, de Lauro de Freitas; Norma Ribeiro, presidente da Associação de Proteção e Defesa Unidos do Beiru, a companheira Norma; de Glauco Chalegre, assessor da Secretaria de Relações Institucionais – Serin; Naira Santos, dirigente do Sindiquímica-BA e de Milca Martins Evangelista, representante do Sindoméstico – Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

Dando continuidade, passo a palavra à vereadora de Lauro de Freitas, representando, aqui, a Câmara Municipal, a Sr^a Naide Brito. (Palmas.)

A Sr^a NAIDE BRITO:- Um bom-dia a todas. Bom-dia à Mesa. Em nome das deputadas Neusa Cadore, Moema Gramacho e Fátima Nunes, cumprimento todos os presentes e ouvintes. Gostaria de dizer a vocês o seguinte. Costumamos dizer que ser vereadora é a primeira participação porque é, lá, no município onde a tudo enfrentamos. Com certeza, esta é a eleição mais difícil para uma mulher: a vereança, ou seja, conquistar o cargo de vereadora.

Gostaria de dizer que nós já fizemos um debate sobre a reforma política e aprofundamos muito esta discussão, mesmo sabendo, como é sabido de todas nós, o que é o Congresso Nacional hoje e que não teremos nele, com todo o esforço e com toda a mobilização que possamos fazer, a reforma que o Brasil precisa.

Digo isso porque temos um Congresso Nacional que, atualmente, é um dos piores dos últimos anos. Foi dito, aqui, pela nossa deputada Moema Gramacho, que faz parte da Comissão Especial da Reforma Política, que o atual Congresso Nacional é a representação do BBB; do congresso da Bíblia, portanto, fundamentalista; da bala e do boi, logo, dos empresários.

Nós ouvimos, aqui, atentamente, as falas daquelas que nos antecederam. Vimos os vários viés das nossas discussões em relação à questão das mulheres na participação política.

Nós lutamos pelo direito de votar.

O Brasil tem uma dívida histórica com relação à participação das mulheres no espaço público, ou seja, nos espaços da política. E vem-se tentando resgatar esta

dívida histórica feita com muita luta através dos movimentos sociais e através dos movimentos feministas que bem conhecem e sabem o quanto se travou para se ter esta representatividade que temos hoje.

E, com certeza, somos sub-representadas, sim! O número da participação de mulheres na política no Poder Legislativo brasileiro – Câmara de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional – dito por todas as oradoras que me antecederam, não passa de 10% da representação feminina desde quando começamos a participar e votar há 82 anos neste País.

Como disse Vânia, o momento político e o ambiente político, em que vivemos em nosso País, são difíceis. O ambiente no Congresso Nacional não é favorável para a reforma política que o País precisa. Afirmo isso mesmo porque este projeto e esta discussão, antigos no Congresso Nacional, estão saindo sob a pressão da sociedade e por termos um presidente, agora, ditador, o Eduardo Cunha, que diz que a reforma sai de qualquer jeito. Só por esse conteúdo, sabemos que não teremos a reforma que, de fato, venha dar condição de participação das mulheres na política.

O movimento feminista representado pelo NEIM traz a proposta de 50%, que é a paridade para todos os cargos. Eu não tenho nenhuma esperança que 50% saia no Congresso. Essa proposta que está sendo consensualizada de 30% para daqui a 20 anos que a gente possa ter a garantia, não é de concorrer. A garantia é a de estarmos sentadas nas cadeiras das câmaras, do Congresso e das assembleias, já é uma. Se a gente conseguir nessa reforma, para mim, é um pequeno avanço. Com certeza, temos de lutar.

Como foi dito aqui, depois dessa reforma vai ser necessário se fazer a reforma da reforma. Aí, sim, com plebiscito, com assembleia constituinte e soberana, exclusiva, simplesmente, para se tratar de uma reforma política que pode trazer, de fato, a realidade política e os anseios dos movimentos sociais e das mulheres deste País. Então, sabemos que esse é só um momento.

Eu quero, também, nesse momento, em nome das mulheres, trazer e dizer sobre o nosso apoio à nossa presidenta Dilma, que é uma mulher que foi reeleita. E a gente sabe os ataques que vem sofrendo, as agressões que ela vem sofrendo. Nós, mulheres, precisamos nos unir e irmos para as ruas como foram os trabalhadores deste Brasil contra o projeto de lei da terceirização. Mostrou-se, ali, que os trabalhadores estão vivos e estão reagindo. Nós, também, precisamos fazer isso em defesa da nossa presidenta Dilma, que foi eleita democraticamente, e que precisa cumprir o seu mandato. E nós temos de fazer cumprir os 4 anos de mandatos da nossa presidenta.

Com certeza, essa luta das mulheres pelo espaço político de poder, com essa dívida histórica que o País tem conosco, será ainda uma grande luta, precisamos conquistar. Nós estamos lutando. Aqui há várias companheiras que têm a dificuldade de se eleger vereadora. Foi dito, aqui, que a quantidade de vereadoras não se chega a 10% no Estado Bahia. Para se eleger, com o poder econômico – hoje, esse modelo que está aí do financiamento empresarial –, com certeza, as mulheres sofrem muito.

Temos de lutar muito, principalmente, a nossa deputada que está em Brasília. Que a gente possa continuar garantindo que as representações dos movimentos sociais, e das minorias, possam continuar tendo condições de se colocar, de serem candidatas a fim de conquistar esses espaços. Com certeza, isso não é fácil.

Aqui, a gente tem proposta da OAB. Muitos daqueles pontos que estão sendo negociados, com certeza, não passará na reforma que será votada em agosto, e que o Congresso Nacional vai passar.

As propostas que o movimento feminista trouxe, através do NEIM... Todas se lembram de Ana Alice, que escreveu “As donas do poder na Bahia”. Ela já fazia a leitura política de como se dava e se dá a participação das mulheres no poder. Com certeza, não teremos esse resultado nessa reforma que está aí. Então, a partir dessa reforma, teremos de buscar a reforma da reforma através de uma Assembleia Nacional Constituinte. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Muito obrigada Naide.

Ainda temos aqui, a companheira Raimunda, representando as mulheres do PT; Nosso companheiro Roque Teles, do movimento de luta pela moradia do município de Vera Cruz; Patrícia Gordano, da Cese; Luciana Cruz, secretária de Mulheres do PSB; Clériston Silva, da Central de Creches, que estava aqui fazendo manifestação, reivindicando assistência da prefeitura; companheiro Florisvaldo Júnior, Assessor do Tribunal de Justiça; Cláudia Oliveira, também do Movimento Mais; professora Nilza Barbosa, do Centro Social Cultural Livro é Vida.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Dando continuidade, vou colocar um homem na conversa. Concedo a palavra ao Dr. Vandilson Costa, ex-deputado, representando a OAB. (Palmas.)

O Sr. VANDILSON COSTA:- Gostaria de saudar a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore, essa combativa mulher que tem, ao longo da sua história, dado importantes contribuições na luta democrática do nosso país, e, por consequência, na luta também pela emancipação da mulher inclusive na política.

Muito me honra estar aqui representando a OAB, a Comissão da Reforma Política. Essa comissão é composta também por mulheres, mas a Dr^a Sara Mercês e a Dr^a Tatiana não puderam comparecer em razão de compromissos profissionais anteriormente assumidos.

A OAB se sente honrada pelo convite e agradece à deputada Neusa Cadore. A OAB, louvando sua história e tradição, está incorporada a essa luta pela reforma política em nosso país, na luta pelas grandes reformas, reforma urbana, reforma rural, reforma tributária, mas também entende que todas essas reformas não terão êxito se não passarem necessariamente pela reforma política.

Nesse sentido, a Ordem dos Advogados integra a coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas, hoje composta por quase uma centena de

entidades das mais variadas representações da nossa sociedade, a exemplo da CNBB, das centrais sindicais, das entidades estudantis, do MST.

Dentro desse campo da reforma política, a deputada Moema já abordou algumas questões centrais. Não basta uma simples reforma, é preciso atacar as questões essenciais que hoje interferem na vida política. Uma das questões unânimes entre todas as entidades é a questão do financiamento. De fato, o financiamento privado na nossa política é uma excrescência na nossa política. Hoje, mais de 60% do financiamento das campanhas eleitorais são oriundos das empresas privadas. A OAB entende que é preciso extirpar da vida política o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, ou, no máximo, limitar bastante. Mas o ideal é extirpar o financiamento empresarial. Isso está dentro das bandeiras da proposta da coalizão democrática.

Da mesma sorte, a OAB entende também, e é uma proposta da reforma da coalizão, que é necessário acabar com a sub-representação da mulher, assegurar que a mulher tenha uma participação mais efetiva na política. Assegurar, penso, não é só aumentar o percentual; é criar mecanismos concretos que possam garantir a eleição da mulher. Nesse sentido, a proposta da coalizão e da OAB, ratificada na última reunião do Conselho Federal, é que haja uma lista fechada e uma alternância de gênero nessa lista. Hoje já existem os 30% e pode chegar aos 50%, mas apenas garantir o percentual não é suficiente. Pode garantir o percentual, mas acontecer o que a deputada Moema muito bem aqui pontuou: a mulher não ter o espaço no programa de televisão e não ter o espaço na verba. A verba para as campanhas são administradas, via de regra, por homens, e a destinação para as campanhas das mulheres é pequena.

Os programas partidários destinados para a mulher, muitas vezes, não são garantidos. Hoje, a lei já assegura que 10% dos programas eleitorais devem ser garantidos para a mulher e que 10% da verba do fundo partidário deve ser destinada para os programas voltados para os programas voltados para as mulheres. No entanto, na prática, isso não acontece.

(A Sr^a Presidente faz soar as campainhas.)

Então, para concluir, eu acho que precisa ser melhor discutida essa questão da lista fechada com a alternância de gênero, porque é a única forma, é o único mecanismo existente para garantir a efetiva participação da mulher e, mais do que isso, para garantir a efetiva eleição da mulher.

Quero ponderar rapidamente sobre a questão dos 30%. O Ministério Público até que fiscaliza a inscrição das listas dos partidos políticos. Todos os partidos – aí eu falo na condição de advogado eleitoral – são obrigados a inscrever chapas com 30% de mulheres. Elas são inscritas! Só que essa inscrição vai só até a apreciação do pedido de inscrição. As mulheres podem, logo depois, renunciar ou não fazer a campanha. Isso é o que acontece efetivamente, porque não há outra consequência. Depois de definida e aprovada a candidatura, logo em seguida a mulher pode renunciar. Então, é uma maquiagem! A legislação atual é uma coisa de fachada,

porque garante os 30% sem nenhuma consistência.

Então, no que diz respeito à reforma política, acredito que o mais avançado é a proposta da lista fechada com alternância de gênero e do fim do financiamento privado. O financiamento tem de ser público e com a garantia da participação efetiva das mulheres nas verbas de representação também.

Era isso o que eu tinha a colocar. Agradeço o convite da deputada. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Obrigada, companheiro Dr. Vandilson Costa.

Dando continuidade a sessão especial, concedo a palavra a Selma Glória, representante do Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano, pelo tempo de até 5 minutos, porque o expediente da Casa, hoje, é mais reduzido. (Palmas.)

A Sr^a SELMA GLÓRIA:- Bom-dia a todos e a todas presentes. É um desafio falar em 5 minutos, mas vamos lá, desafios nos são postos a todo o momento. Para falar em reforma política e participação das mulheres no processo democrático, acredito que é importante dizer, primeiramente, o lugar de onde viemos. Eu venho do território em que a representação das mulheres rurais... São territórios mais precisamente da Bacia do Jacuípe, do Sisal e do Portal do Sertão, onde atuamos com organizações de mulheres e com demais movimentos sociais.

Quando falamos em reforma política, olhando para o território, para o chão de onde viemos, às vezes, parece que estamos falando em algo estranho, em algo que não faz parte do nosso contexto. Falo isso, retomando as falas das companheiras que me antecederam, quando as pautas ainda continuam centralizadas, quando as pautas ainda continuam concentradas na capital, quando questionamos o motivo das pautas não descenderem para os nossos territórios... Isso acontece, porque as mulheres que estão na linha de frente – me desculpem pelo uso da palavra – volta e meia são usadas como massa de manobra.

Quando falamos em mulheres, precisamos fazer um recorte, um destaque para as mulheres negras, porque, quando vemos o sistema político que temos, no qual as mulheres estão inseridas nesse contexto de desigualdade, as mulheres negras, rurais e indígenas são as mais penalizadas. Elas são as mais penalizadas, quando têm menos acesso à informação, à formação e às políticas públicas.

Retomando a fala das mulheres dos movimentos, quando elas dizem que as políticas tardam a chegar lá na sua comunidade, lá na sua região, ou quando, muitas vezes, elas nem chegam, ou quando elas chegam esfaceladas pela metade. Então, é preciso que esse debate da reforma política desça e tenha um olhar para as mulheres rurais, para as mulheres negras que estão no interior, nas comunidades rurais e que ainda têm os seus direitos violados.

Quando a gente olha para a nossa representatividade no Congresso, vemos um percentual mínimo, que já foi colocado aqui, de até menos de 10% de mulheres

representantes a fim de defender a nossa pauta e a nossa bandeira de luta. Desse percentual, quantas mulheres são negras, quantas mulheres defendem as nossas pautas? Ou quantos companheiros – a gente precisa ressaltar a importância de termos companheiros, de termos políticos que defendam a pauta das mulheres, a pauta da juventude, a pauta do Movimento Negro.

Entre os parlamentares, temos apenas 5 que são negros. Então, a gente precisa fazer um debate olhando o financiamento das campanhas, olhando a participação das mulheres e as mulheres que estão no interior, na zona rural.

Ouvimos aqui algumas falas trazendo a questão da violência contra as mulheres. Falo também como conselheira do Conselho Estadual da Mulher, porque o projeto da Casa da Mulher Brasileira se estende e se arrasta por muito tempo. Esse projeto ainda está previsto para ser iniciado e tentarem finalizar até dezembro de 2015. Enquanto, no interior, ainda não temos uma DEAM que atenda as mulheres do Território do Sisal e Bacia do Jacuípe. No interior, as mulheres não têm a quem recorrer, pois existem apenas 2 centros de referência entre esses 3 territórios. Dois concentrados em um território e um centro de referência concentrado em Feira de Santana.

Bom, como eu já coloquei, é desafiante falar em 5 minutos. Finalizo a minha fala trazendo a necessidade de quando a gente tem uma secretaria estadual de política para as mulheres com um orçamento que ainda é vergonhoso; quando as políticas para as mulheres ainda não são priorizadas com deveriam; quando a gente tem em nossa Assembléia uma representação de apenas sete deputadas, entre elas a gente destaca a coragem e a bravura das deputadas Neusa Cadore e Fátima Nunes; quando a deputada Neusa desce para o interior e reconhece a necessidade de encorajar mulheres rurais, mulheres negras, a entrar na política, a também fazerem parte desse processo que é democrático, mas precisa ser democratizado. Parece contraditório, mas o nosso sistema democrático ainda precisa ser democratizado, incluindo mulheres rurais, mulheres negras e a nossa juventude, que vêm sendo dizimadas em nosso Estado. E essa pauta constantemente é reprimida.

Então, para finalizar, agradeço a oportunidade de estar aqui falando e representando as mulheres rurais, as mulheres negras, a mulheres da nossa região.

Quero ressaltar que esta Mesa precisa ser um pouco mais negra. Temos tantas feministas e mulheres negras com uma trajetória espetacular em nosso Estado, e sentimos a falta delas aqui nesta Mesa.

Quero agradecer a oportunidade, parabenizar pela organização do evento e dizer que essa pauta precisa descer, e a gente confia na capacidade, sensibilidade e bravura de vocês, reconhecendo a trajetória, as demandas e as pautas das nossas mulheres rurais e negras.

Obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Parabéns, Selma. Obrigada por seus registros tão pertinentes para este momento.

Dando continuidade, concedo a palavra a Lucíola Conceição, que aqui representa o CNQ/CUT Regional Nordeste.

A Sr^a LUCÍOLA CONCEIÇÃO:- Bom-dia às mulheres e aos homens presentes. Saúdo a Mesa nas pessoas das companheiras Neusa Cadore, Moema Gramacho e Fátima Nunes. Agradecemos este debate, não tardio, mas, oportuno no momento da atual conjuntura em que estamos vivendo.

Fala-se de um Congresso Nacional que está, aí, a todo o instante e a todo momento, querendo pautar as coisas dentro do olhar machista, retrógrado e muito para o retrocesso tanto da categoria trabalhadora como toda a sociedade em geral. Eles querem, a todo o momento e a todo o instante, peitar ou pautar da maneira do olhar deles.

Quero dizer que esta reforma política é necessária para nós. Sou sindicalista. Sou do movimento sindical. Sou do Sindiquímica-BA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica no Estado da Bahia.

Eu me orgulho de falar isso assim como me orgulho, também, em dizer que a companheira Moema fez parte deste processo. Há algum tempo, houve um congresso quando eu, ainda, não estava movimento sindical. Ela colocou, lá, uma tese onde dizia assim: “Tem mulher no sindicato.” Moema entende que a mulher faz parte de todo um processo da sociedade, não só de um movimento sindical, mas no contexto de toda uma sociedade. E eu me espelho e estou à procura desta tese para colocar, de novo, no próximo congresso.

Observem, é importante, a todo o instante, tentar ressaltar o debate da importância da mulher na sociedade, da importância da mulher na vida política e da importância da mulher em todo o Estado nacional brasileiro em sua conjuntura.

Temos, também, de tentar rever alguns conceitos na relação da estruturação da sociedade. Há de se discutir o seguinte: uma sociedade capitalista, machista, onde a mulher não tem espaço para nada e o Estado não garante este espaço para a mulher.

Esta é a pior parte quando se percebe que a mulher não está no espaço onde ela deveria estar sendo representada, pois é a maioria na sociedade. Mas a mulher não está representada como deveria estar, por todo um processo de construção da sociedade patriarcal, onde o espaço da mulher era, essencialmente, privado.

A gente entende hoje. Começamos a entender isso a partir de um debate socialista e feminista. Porém, isso tem de ser rompido a partir da nossa introdução nos movimentos sociais, da nossa introdução no movimento partidário e da nossa introdução nos Poderes Legislativo e Executivo, melhor, da nossa introdução em todos os espaços de poder.

Vemos a presidenta Dilma Rousseff ser atacada, a todo instante e a todo o momento, por ser mulher. A gente percebe que isso ocorre pelo fato de ela ser, tão somente, mulher.

Vejam, há algumas coisas ou algumas questões onde, outrora, eram outros presidentes que fizeram, até, pior. Não estou, aqui, querendo passar a mão pela cabeça de ninguém. Mas nenhum presidente da República foi tão atacado como está sendo a companheira.

Quanto a isso, nós estamos dando a resposta nas ruas. Vamos continuar dando a resposta nas ruas, nos debates e em todos os espaços que possamos estar.

Vimos e vemos o processo da terceirização. Gente, é inadmissível o que o cara está fazendo lá no Congresso Nacional ao querer aprovar e rasgar a CLT. (Palmas.) E pior! Isso está acontecendo com a aprovação de muitos companheiros (Palmas.) que se dizem socialistas. (Palmas.) No entanto, eles estão, lá, fazendo voto a favor da terceirização.

Este é um voto que, tão somente, vai amargar e rasgar a CLT e, também, pretende-se atingir, diretamente, as mulheres. Vejam, se se olhar o contexto da Petrobras, onde há a terceirização, a maior parte das trabalhadoras terceirizadas são mulheres. E elas, as mulheres, estão, muitas das vezes, com seus direitos penalizados por empresas que são contratadas, deixam seus trabalhadores ao léu, passam o calote e ficam por isso mesmo.

Então, precisamos começar a entender este processo que está acontecendo no Congresso Nacional, pois tal casa é, totalmente, desfavorável aos trabalhadores. Mas não iremos nos render, jamais, a este tipo de atitude. Assim como fomos às ruas dizer não à terceirização e paramos todas as vias e paramos a Bahia, nós iremos, também, continuar fazendo esta luta, porque não queremos, jamais, que as nossas conquistas sejam rasgadas.

Daí, vindo para a questão mais profunda da reforma política, é interessante que possamos defender e debater com a sociedade. Observem, se o projeto da terceirização for aprovado, todos serão prejudicados. Muitos não sabiam e não sabem o que significa isso, na realidade, para todos nós. E temos de fazer este debate da reforma política para dizer qual é a verdadeira reforma política que queremos. Não queremos uma reforma política pautada por este Congresso Nacional que está aí!

Nós iremos às ruas para dizer e debater, com toda a sociedade, o projeto de reforma política que queremos. Diremos que a lista é fechada com alternância de sexo para que possamos garantir a participação verdadeira das mulheres como elas deverão ser representadas na política, pois, na sociedade, nós, ainda, sim, somos maioria.

Mas, espera-se, no mínimo, a garantia de 50% de participação das mulheres na política e, também, com a inclusão das mulheres negras e indígenas, porque muitas de nós não somos representadas no Congresso Nacional.

Quero dizer que me intitulo como mulher, negra e sindicalista. (Muitas palmas.)

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra a representante da Marcha Mundial de Mulheres, nossa companheira Yasmin Ferraz.

A Sr^a YASMIN FERRAZ:- Bom-dia a todas.

Venho falar hoje de uma perspectiva muito importante, que é a nossa juventude. As mulheres jovens da cidade, do campo, das florestas, mulheres que estão na base dos nossos sindicatos, dos nossos movimentos sociais e que ainda têm uma visibilidade muito baixa nos espaços políticos, por entender que a juventude é o futuro, e que se sinta representada no futuro, no que virá, e não no presente das conquistas democráticas do País, que sempre foram construídas com a base da juventude na rua.

Quero saudar não só as nossas deputadas que muito nos representam, mas, também, fazer uma saudação especial para Lucíola, que, assim como outros movimentos sociais, esteve nas ruas esta semana para barrar, mais uma vez, o avanço conservador do nosso País que está representado, infelizmente, em nosso Congresso. Isso consolida, mais uma vez, a nossa percepção de que sem uma reforma política, sem um avanço da democracia do nosso País não conseguiremos conquistar novos espaços.

Hoje, em vez de conquistarmos avanços nas nossas legislações, temos que ir para as ruas, além de estar dentro dos espaços políticos, lutando contra o retrocesso. Então, em vez de lutarmos para que tenhamos maior incentivo para as nossas escolas, para a nossa educação, para que a cultura contemple a nossa juventude, temos que ir para os plenários, confiando nos deputados para que não seja aprovada a redução da maioria penal. Em vez de avançarmos na política de legalização de drogas, que colocam a nossa juventude no crime organizado desde cedo, continuamos lutando para que esse jovem não seja encarcerado, morto, e que a morte desse jovem não seja esquecida nos arquivos internos da polícia.

Não conseguimos avançar no processo de desmilitarização da nossa polícia e de uma outra segurança pública que contemple a nossa vida social, e com os nossos programas de segurança social que não armemos a nossa Polícia Militar em vez de torná-la um novo modelo de segurança pública que responsabiliza a sociedade pela sua proteção. Não conseguimos avançar em políticas de segurança social para os nossos trabalhadores, não conseguimos avanços significativos para que possamos ter salários iguais para homens e mulheres e temos que pautar para que a precarização da terceirização não passe em nosso Congresso.

A terceirização é um ponto muito importante em voga esta semana. Pensamos que nós, jovens mulheres, somos as principais afetadas com este projeto, porque somos nós que ocupamos os espaços, hoje, legais nas empresas terceirizadas que fazem a limpeza. Mas também que nesse próximo período nós, mulheres, somos maioria nos concursos públicos, nos espaços de administração pública e estamos ameaçadas de sofrer com esse processo.

Nós, mulheres jovens do campo, da cidade, negras, transexuais e travestis

temos que ter espaço político. A companheira Selma muito me contempla que não é só garantirmos dentro dos processos de eleição que possamos conseguir conquistar espaços de paridade e de representação, mas que possamos conseguir criar espaços democráticos na nossa construção política, para que as mulheres se sintam parte do dever democrático de participação, que tenhamos novos modelos de participação social, que os plebiscitos, que as assembleias para termos novas perspectivas de participação, para que a juventude se sintam contemplada com a política, para que não se sinta afastada, para que no debate de reforma política eu, enquanto atriz social, possa entender, no processo político, como influenciar. Não é só votar nas companheiras valorosas dos partidos políticos, mas entender que também posso estar representada, e não necessariamente em uma cadeira legislativa ou executiva, mas sendo atriz social no meu contexto.

Para mim, isso é o mais importante porque a consolidação de uma verdadeira revolução democrática neste País não pode passar sem um novo modelo de participação política, não pode passar unicamente pela reforma política que estamos propondo. E não tenho dúvida de que nem de longe contempla os movimentos sociais a reforma política, que a cada dia a gente vê o recuo que temos que fazer para poder avançar.

E, aí, dar um salve, um parabéns à companheira Moema Gramacho que tem segurado, de fato, as nossas lutas e a nossa representatividade nessa comissão da reforma política, porque a cada dia, quando a gente assiste a *TV Câmara*, a *TV Senado*, a gente percebe a necessidade de empoderar as mulheres. Empoderar as mulheres tem histórias de lutas como a de Moema, a de Neusa, e para que a gente se sinta contemplado nesse processo, porque as falas do nosso Congresso Nacional são cada dia mais do recuo da esquerda e do avanço conservador.

Bom-dia a todos e espero que todos aqui sejam um pouco transmissores da mensagem que a gente traz, para que este debate contamine os espaços políticos que temos, para que os homens que estão aqui, que estão nos nossos partidos, nos nossos sindicatos, nos nossos espaços políticos, entendam que a luta das mulheres não é unicamente uma luta nossa, não é uma luta setorial.

Nós não estamos aqui para defender unicamente a cota das mulheres, temos plena capacidade, e lutamos, como a professora mostrou, nas grandes revoluções do nosso mundo, estivemos protagonistas das lutas de transformação do mundo inteiro. Nós somos responsáveis pela transformação de todos nós, não só de mulheres.

Então, que vocês valorizem e que, pedagogicamente, se constrem nos espaços de representação de que nós mulheres não vamos nos bastar e fazer debate setorial, debate para nós mulheres, para nós mesmas. Nós somos dirigentes e vamos dirigir o nosso País, como a presidenta Dilma consegue dirigir com muita força; dirigir nossos sindicatos; dirigir os nossos partidos políticos.

Então, bom-dia a todas e que as mulheres hoje se sintam mais empoderadas neste espaço político e que possam sair daqui conquistando os seus espaços de transformação.

Bom-dia!

(Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito bem, Yasmin, a voz da juventude aqui na nossa audiência.

Vamos concluir a parte da Mesa com a saudação e a fala rápida da deputada Fátima Nunes e depois teremos de 20 a 30 minutos para algumas pessoas aqui do Plenário que já se inscreveram para usar a tribuna e fazer a sua manifestação, um tempinho de 3 minutos.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Na verdade, agora já é boa-tarde, mas como a gente não almoçou ainda, desejo um bom-dia a todos e a todas; saudar a nossa Mesa, porque se eu falar o nome de um por um pode gastar um bom tempo e a gente precisa ouvir as companheiras do Plenário. Então, quero saudar as que conduzem o trabalho.

Esta sessão hoje foi conduzida pela deputada Neusa Cadore e aprofundado o debate por essa valorosa companheira Moema Gramacho, nossa deputada federal; saudar também as vereadoras que fazem parte da Mesa, somos um conjunto de parlamentares nas Câmaras, nós aqui na Assembleia, os demais no Congresso Nacional fazendo esse debate político muito interessante, necessário, para a transformação da sociedade.

Na verdade, o que se está discutindo no Congresso Nacional e que a nossa deputada Moema se referiu a vários pontos importantes e necessários à compreensão da sociedade e à força da sociedade para ver se muda o voto dos atrasados que têm lá, é uma reforma eleitoral. Mas pelos debates apresentados pelas mestras, pelas lutadoras dos movimentos e pelo próprio ex-deputado Vandilson, que representa a OAB, nós estamos aqui fazendo um debate muito maior do que o debate eleitoral, porque o eleitoral vai nos permitir se a gente chega ou não. Mas para chegar ou não precisa de uma compreensão bem maior de qual papel, por que razão, onde estamos e o que queremos.

Portanto, parabenizo todas e sei que quando termina uma preciosidade desta aqui, com tantos e tantas valorosas cabeças pensantes, representantes dos seus diversos movimentos sociais que conduzem no dia a dia, costumo dizer que quando termina a missa, começa a missão. E a nossa visão agora é exatamente levar através da fita que está aqui gravada e que podemos distribuir à vontade, através das câmaras municipais, das nossas reuniões com os grupos de “com teto”, sem teto, com terra, sem terra, ou seja, onde tem mulher, onde tem gente, precisamos fazer este debate da reforma. Queremos porque o que está na ordem do dia para alguns lá do Congresso é golpe e retrocesso. E caminhando desse jeito, não vai ter vaga para homem muito menos para mulher, que já é minoria hoje.

Então, eu queria só fazer esta saudação e dizer que muitos pontos que estão

colocados da ... Eu acredito que só haverá uma reforma profunda se realmente tivermos uma oportunidade – e eu preciso entender melhor como é que vai ser criada – para tirar um conjunto de deputados de lá conservadores, atrasados, retrógrados, para botarmos gente nova que queira fazer diferente. Isso para mim é o maior desafio, porque, com aquele povo que está lá, já estamos vendo o que eles querem: diminuir o direito dos trabalhadores com a terceirização, botar os jovens menores na cadeia, porque são filhos de preto e pobre, e vai dar mais dor no coração das mulheres que são mães. Já estamos vendo o caminho.

Então, estamos aqui na rua, na praça, na Câmara, no Congresso para construir o caminho no qual apostamos há muito anos, porque os espaços que conseguimos foram muito importantes e não vamos recuar em momento nenhum. Vamos avançar muito mais, envolvendo o nosso povo que só tem a nossa voz. Acho que temos que pedir nos canais alternativos, que é a *TV E*, outros canais por aí, oportunidade para irmos lá... Já fizemos isso aqui na *TV Assembleia*, mas também em outros canais, para a gente colocar, fazer esse debate com tantas cabeças preciosas para chamar a atenção da sociedade. Porque por essa TV que o povo vê dia e noite, aí também não tem futuro.

Abaixo a *Rede Globo*, e vamos criar outras oportunidades para dialogar com o povo.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito bem, deputada Fátima.

Agora, para fechamos com chave de ouro, vamos compartilhar o uso da palavra, o uso da tribuna com algumas pessoas que se inscreveram. Quero convidar inicialmente a Sr^a Aílda Borba, da Federação de Mulheres da Bahia, FMDA, por 3 minutos.

A Sr^a AÍLDA BORBA:- Boa-tarde a todos e a todas. Estou aqui representando a Federação de Mulheres da Bahia e a Confederação de Mulheres do Brasil, eu e a companheira Vânia. Fui convidada por Cláudia, assessora da deputada Neusa Cadore, e, na pessoa da deputada, falo com todos os presentes. Estou aqui, em primeiro lugar, para convidar a todas presentes para participarem do nosso congresso, que será realizado no dia 29 de agosto, e queremos que ele seja abrilhantado com a presença de todas.

Muito bom este tema. Realmente nós mulheres temos sofrido muito. Quando nos colocamos, tentamos nos colocar em um espaço de poder sentimos as dificuldades que temos de acesso. A Federação de Mulheres da Bahia vem defendendo os direitos da mulher: direitos da gestante, direitos de empoderamento, para que a mulher possa se empoderar e tomar posse realmente. Precisamos já, urgentemente, de uma reforma política, porque como foi falado aqui antes, nós somente fazemos parte de um partido nos 30%, mas na hora mesmo de representar e

de sermos eleitas de verdade, somos, realmente, retaliadas. Porque, toda a preferência da mídia, inclusive da maioria das mulheres, é para eleger os homens, para que eles se coloquem no estado de poder. Defendemos também os direitos da mulher gestante no Brasil.

Fomos às ruas também, centenas de brasileiras, pedindo a suspensão do leilão do petróleo de Libras. Temos muitas trabalhadoras mulheres ali. Então, fomos às ruas. Nação desenvolvida tem mulher no trabalho em todas as categorias, e salário igual para trabalho igual. Essa é a nossa bandeira.

E a outra será a mulher na política. Queremos ver mais mulheres na política. Agora, em 2014, eu saí candidata, mas somente para a composição de uma chapa com 30% de mulheres, e fiquei muito revoltada com essa situação. Então, o tema é propício. Nós devemos, realmente, lutar para que possamos estar ali representadas, mais de 30% nas Bancadas, e em todos os espaços de Poder.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, companheira Aída.

Quero convidar agora para fazer seu pronunciamento o professor Orlando Lira de Carvalho, que vem da Universidade de Vila Velha e é estudioso da questão de gênero. Estamos honrados, professor, com a sua passagem aqui na Bahia prestigiando este momento nosso.

O Sr. ORLANDO LIRA DE CARVALHO:- Muito obrigado, deputada, bom-dia, senhores e senhoras, digo que vim aqui para aprender; e que esse curto período em que tive o prazer de entrevistar as Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados, aprendi muito mais que, talvez, em 3 anos de pesquisa teórica nas universidades.

Então, como acadêmico, tenho a grata satisfação de dizer isto: em parceria com uma universidade alemã, nós estamos tentando mapear toda a representação feminina no Brasil. Mas com o propósito de ir além; não ficar apenas naqueles fatos todos escandalosos que conhecemos aqui, essa verdadeira subcidadania a que as mulheres, os negros, as minorias étnicas do Brasil são submetidos. Queremos tentar desvelar quais são os mecanismos de pré-socialização parlamentar, de pós-socialização, quais são os mecanismos sociais e políticos que fazem com que partidos, os mais progressistas, destinem apenas 5% de suas verbas eleitorais para mulheres e 95% aos homens. Por que temos esse déficit de representação no Brasil e que tipo de democracia é essa que, praticamente, faz ouvidos moucos a 52% do seu eleitorado?

Quer dizer, isso é um processo difícil, é um processo que, do ponto de vista acadêmico, vai exigir muita colaboração. Mas digo que há universidades que querem aprofundar esses estudos, e com o objetivo de depois trabalharmos com políticas públicas propositivas. Por isso, a comparação com a Alemanha aqui, que foi citada por uma das deputadas que me precedeu, pode ser tão importante. Poderemos

aprender muito com eles e, efetivamente, mudar essa situação.

Muito obrigado à deputada Cadore, muito obrigado a todas vocês, e espero que trabalhemos juntos nesse projeto.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, professor.

Dando continuidade, vamos ouvir uma voz do Recôncavo, Carmem Oliveira, do Conselho Municipal de Defesa das Mulheres do Município de Cruz das Almas.

A Sr^a CARMEM OLIVEIRA:- Boa-tarde, deputada Cadore, bom-dia para quem não almoçou, como nós. Quero parabenizar, deputada, e dizer que estamos sentindo a sua falta em Cruz das Almas, no Recôncavo. Quero dizer à deputada Moema que estou muito feliz em revê-la. E dizer a vocês o quão é importante este debate.

Vou contar uma pequena experiência rapidamente. Fui convidada, nas últimas eleições, pelo presidente do meu partido, para compor. Ele foi bem claro quando falou comigo: “Carmen, é para compor, precisamos de mulheres para compor. Mas eu me recusei. Ao contrário da minha amiga aqui da federação, eu me recusei, porque achei uma falta de respeito comigo e com as mulheres de Cruz das Almas e do Recôncavo. Disse a ele que muito obrigada, até por ele ter me enxergado dentro do partido, mas que me recusava, porque eu sou uma mulher de movimento, sou uma mulher negra, do Recôncavo e não me permitia passar por esse tipo de situação, até porque agora eu sou pré-candidata a vereadora no Município de Cruz das Almas. (Palmas.)

Mas venho mesmo solicitar o compromisso das deputadas e da deputada federal para que desçam, realmente, para o Recôncavo a fim de fazer esse debate. Quero o compromisso de vocês agora, neste momento, conosco, em Cruz das Almas. Nós precisamos fazer esse debate em Cruz haja vista que temos 15 cadeiras na Câmara de Vereadores de Cruz das Almas e não temos uma mulher.

Então, venho pedir para vocês que desçam para o Recôncavo e estaremos lá, de mãos abertas e braços abertos, esperando por vocês.

Muito obrigada e boa tarde.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada Carmen.

Para finalizar, o último inscrito aqui é o companheiro de Lauro de Freitas Rosalvino Souza, mas conhecido por Tom. (Palmas.)

O Sr. ROSALVINO SOUZA:- Bom dia a todas e a todos, quero saudar e parabenizar a presidenta desta sessão, a companheira e deputada Neusa Cadore. V.Ex^a está de parabéns por esta sessão especial que trata da questão que está sendo

discutido em Brasília, a questão da Reforma Política.

Quero saudar a companheira Moema Gramacho, deputada federal que está nos representando também na Comissão da Reforma Política que está sendo discutida hoje no nosso País. Em nome da companheira Moema, vou saudar a todas as companheiras mulheres presentes aí nessa Mesa, lindas e maravilhosas essas mulheres!

E, companheiro Vandilson, vai ser uma tendência natural isso que nós estamos presenciando hoje aqui: a maioria de mulheres, mesmo. É isso que temos que defender: mais mulheres no poder!

Companheira Vânia, vereadora, a senhora colocou aqui um ponto interessante que acho que vai ter que ser discutido mais profundamente, e aí, talvez, a companheira Moema, nas suas considerações finais, possa dar alguma luz sobre essa situação que a companheira Vânia Galvão cita aqui.

O nosso partido, só para dar um exemplo, companheira vereadora, fez uma provocação e oficialmente o TSE teve que colocar uma lei para garantir a todos os partidos a presença de 30% das mulheres no seu conjunto, na hora das candidaturas. Então, isso já foi um avanço.

No nosso partido, também já foi aprovada agora a paridade. Tanto a vereadora quanto o companheiro Vandilson citam aqui a questão das listas que tem que ter, na minha visão, parece que não é paridade, mas alternância na questão da presença, uma mulher, um homem, uma mulher, um homem. Eu acho que nessa questão que estamos discutindo da reforma política, tem de estar clara essa ideia discutida aqui, tanto pela companheira Vânia Galvão como pelo companheiro Vandilson, de modo a garantir a presença da mulher nessa lista fechada da alternância. Se não houver essa garantia, vai continuar a mesma questão de as mulheres serem laranjas nas indicações políticas. E aí se traz um problema mais crucial para os partidos: como é que vamos discutir essa questão se não estiver garantida na forma da lei essa participação efetiva da alternância das mulheres na lista?

Muito obrigado e bom-dia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Queria registrar ainda a presença do companheiro Lázaro, conhecido militante dos direitos humanos.

O debate não se encerra aqui, é apenas uma provocação para ficarmos mais atentos, atentas, mais acesos, acesas, para darmos cada passo, porque o momento é extremamente importante.

Nós vamos fechando esse encontro e agradecemos a cada pessoa que veio, sabemos que é um esforço que vale a pena. Agradecemos às pessoas da Mesa e à deputada Moema, que tem cuidado muito da sua atuação, lembrado do interior e lembrado da Assembleia, tem se colocado muito à disposição.

Quero agradecer ao mandato da deputada, às nossas assessoras e assessores, à

deputada Fátima Nunes também, que foi líder da bancada feminina. E lembrar aqui, só para fechar, que acho que houve uma contribuição grande de quem se pronunciou, uma grita grande dessa manhã foi: o debate precisa ser interiorizado. E já falo em nome das duas aqui. Estaremos à disposição e vamos contar com Sheila, com Nadi, com Vânia, com Yasmim, com Lucíola, com a Mesa toda, e muito mais gente para fazermos o debate. É urgente. E um gancho bom é debater a situação do Brasil, o enfrentamento que precisamos fazer com que este mote, a reforma política, questione tudo que está aí, o nosso modelo de democracia, como os representantes do povo estão dialogando com o movimento social, com as nossas bandeiras.

Então, acho que esta sugestão nós vamos assumir com muito carinho, lembrando que 2016 é ano de eleição. No ano passado, perdemos 26 cadeiras no Parlamento do Brasil, Perdemos 26 vagas, o que realmente é uma derrota. Então, temos que compensar. Em 2016, é tempo de avançar na ocupação dos legislativos municipais.

Quero que nós assumamos no conjunto aqui este compromisso, homens e mulheres: apoiar a candidatura de mulheres, começar esse mapeamento, estimular e acompanhar os mandatos das mulheres, acompanhar as organizações das mulheres, para que as nossas falas fiquem claras e que as mulheres, quando cheguem, possam saber que ser uma representante significa um permanente diálogo com o movimento social para oxigenar e absorver com muita força todas as bandeiras das mulheres e da sociedade civil e da população como um todo.

Muito obrigada a cada uma, a cada um. E a luta continua. Até um próximo momento em que a gente possa se reencontrar.

Mais mulheres no poder! Todos fechados. (Palmas.)

Na próxima semana, teremos uma audiência pública, organizada pelo mandato do deputado Joseildo Ramos, com o apoio da deputada Moema, para discutir o projeto de lei da terceirização, que muito interessa aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigada a todos.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*